

# O eleito lê Simonsen que sugere congelamento

O discurso formal que o presidente eleito Fernando Collor fará hoje na cerimônia de diplomação, no qual pouco avançará, além de reafirmar compromissos de campanha, não significa que ele esteja alheio à deterioração da situação econômica. Ontem, enquanto dava os últimos retoques no texto do discurso, Collor fazia uma leitura atenta de um artigo de Mário Henrique Simonsen na última edição da revista **Exame**.

No artigo, Simonsen traça um breve diagnóstico da crise econômica e recomenda que o novo governo, para derrotar a inflação, ponha em prática uma política que combina um congelamento de preços e salários, "nos moldes do Plano Cruzado", com um prévio choque ortodoxo, em que se cortariam despesas e se aumentariam receitas para equilibrar as contas do governo.

Não se pode adivinhar em que medida as idéias de Simonsen vão influir no arremate da política econômica do novo governo. Mas não é absurdo supor que a defesa que o economista faz de um plano com feitiço semelhante ao do Plano Cruzado conta com a simpatia do presidente eleito. Mesmo considerando a afirmação do assessor de imprensa Cláudio Humberto Rosa e Silva de que não houve, até agora, encontro entre Simonsen e o presidente eleito.

Collor, entretanto, nunca escondeu de seus interlocutores mais próximos sua admiração pelo ex-ministro Dílson Funaro e pelo Plano Cruzado, que agora Simonsen defende mas que, quando foi lançado, em fevereiro de 1986, o ex-ministro de Geisel o recebeu com restrições. O presiden-

te eleito Collor foi um dos raros políticos a procurar Funaro no dia 27 de abril de 1987 quando o ex-ministro, já desgastado por causa do fracasso do Plano Cruzado, deixou o Ministério da Fazenda. Este ano, no sepultamento do ex-ministro, Collor foi o único governador presente. E sua coordenadora econômica Zélia Cardoso de Mello não só pertenceu à equipe de Funaro como, por recomendação de Collor, faz um trabalho de aproximação com muitos dos economistas que formularam e executaram o Plano Cruzado.

Mas tanto o presidente eleito quanto Zélia Cardoso de Mello têm afirmado e reafirmado que não vão fazer o congelamento de preços e salários. De qualquer forma, estando ou não com a intenção de fazer o congelamento, deverão negar até o fim. No programa de governo e em sua primeira entrevista depois de eleito, o presidente reiterou que sua meta é baixar a inflação para três por cento ao mês em 18 meses de governo.

Pressões legítimas para que tome outro rumo não faltam. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), Luiz Antonio de Medeiros, que foi a principal liderança municipal a apoiar Collor desde o primeiro turno e com quem tem conversado ao telefone nas últimas semanas, já anunciou que não aceita arrocho salarial, que seria a essência de uma política apenas ortodoxa, com recessão econômica.

**João Borges e  
Roberto Stefanelli/AE**